



## SOMOS TODOS CARIOCAS: IDENTIDADE E PERTENCIMENTO NO MUNDO GLOBALIZADO

Jorge Alexandre Lucas<sup>1</sup>

**Resumo:** *Em Análise de Discurso não se trabalha com o conceito de identidades dentro do formato sociológico, essencialista, mas sim, com efeitos de identidades produzidos através de representações simbólicas, efetivadas na experimentação do mundo, na existência. A AD francesa busca entender os meios de produção dos sentidos e nesse artigo, buscamos entender como os efeitos de sentidos atuam no imaginário popular. Dentro dessa perspectiva é que falamos sobre a identidade do povo carioca e sua sensação de pertencimento, ao mesmo tempo em que denunciemos a tentativa de apagar essa memória, de silenciar e substituí-la por outra inventada institucionalmente a partir da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e da não fusão das ex - capitais.*

*Fluminense? Não mesmo, de papa-goiaba ao kari'oka, somos todos um.*

**Palavras-chaves:** *Sensação de pertencimento. Análise de discurso. Efeitos de identidade.*

### SOMOS TODOS CARIOCAS

“A vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida”.

*Vinicius de Moraes.*

No estado do Rio de Janeiro existe uma discussão singular sobre identidade. Para todos os brasileiros, exceto os do Rio de Janeiro, carioca é a representação do gentílico local, da mesma forma que gaúcho, paulista, mineiro, potiguar, macuxi, etc. Segundo o dicionário Aurélio “A pessoa natural do Rio de Janeiro, coisas ou fatos a ela relacionados são chamados de carioca”, palavra de origem tupi (kari'oka, casa de branco, de kara'i-branco e oka-casa).

Mas, dentro do Estado do Rio de Janeiro existe uma subdivisão, uma espécie de escala de valores surgida das contradições que envolveram a transformação da cidade do Rio, de capital de província à capital federal em 1763 e posteriormente o seu retorno à capital de estado em 1975.

Essa metamorfose criou alguns tipos inusitados de cariocas, os cariocas que se alto intitulam da gema, o carioca do subúrbio, ou o carioca legítimo em detrimento dos cariocas agregados, que são os genticos da região metropolitana. E no interior tem ainda os papagoiabas, gentílico usado durante a existência do antigo estado do Rio de Janeiro, que tem a mesma origem tupi. O consenso mais interessante nesse processo é que ninguém se autointitula, ou, se sente Fluminense, além da imprensa oficial, que utiliza esse termo institucionalmente.

Fluminense enquanto identidade é usualmente impopular, pois todos compreendem que esse termo não tem representação social ou simbólica, não gera

---

<sup>1</sup> Jorge Alexandre Lucas é Jornalista, Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Professor do Curso de Jornalismo da UBM/ RJ. E-mail: alexandre.jornalista@gmail.com



sensação de pertencimento, posto que até o time de futebol Fluminense é reconhecido como um clube carioca, e o mesmo se pode dizer da Universidade Federal Fluminense, criada em 1960, e que é reconhecidamente uma instituição carioca<sup>2</sup>.

No dia 24 de novembro de 2013, durante o programa Fantástico da Rede Globo, presenciamos um constrangimento típico dessa realidade. Durante a escolha da nova Globeleza, no programa do dia 24 de dezembro<sup>3</sup>, a apresentadora e atriz Sheron Menezes, foi apresentar as candidatas, e o fez avisando seus gentílicos, sua origem natural dentro do Brasil. Ela dizia: “abram alas para mineira Camila...”, “vindo com tudo a pernambucana Isabelle”, na sequência, “e agora a baiana Kamylla Ferras...”, e quando chegou a vez da Nayra, que é de Volta Redonda, interior do Rio de Janeiro, ao chamar o nome da moça, a apresentadora não fez menção a sua origem, fez-se um vazio, um silêncio, “vamos chamar agora para fechar, a Nayara...”.

A apresentadora não identificou a naturalidade dela, deixou em aberto, silenciou. Identificou todas as outras, menos a Nayara. O público percebeu que faltou alguma coisa, afinal de contas, ela é o que? Ela não é carioca? Não é do Estado do Rio de Janeiro? Logo após esse acontecimento, vários sites começaram a marcá-la como carioca. No entanto, o que não foi percebido naquele momento da apresentação, o que esteve opaco para a apresentadora e para os telespectadores, foi, o que de fato estava sendo silenciado.

O silenciamento (ORLANDI, 1995, p. 29) é uma forma de apagar um sentido, um significado, quando digo algo e não outro estou fazendo uma opção, uma escolha. Nos discursos oficiais no Estado do Rio de Janeiro, existe um embargo na representação carioca como reconhecimento identitário estadual.

Nesse episódio, do programa Fantástico da Rede Globo, como se tratava de uma seleção para Globeleza, e a candidata era do Estado do Rio de Janeiro, nada mais natural que chamá-la de - A Carioca Nayara - (grifo nosso), apresentá-la da mesma maneira como se apresentou as demais concorrentes. No entanto, Nayara não é oficialmente carioca, ela é tecnicamente fluminense, [mas, fluminense?], e como diriam os cariocas, - não rola.

Outra opção era chamá-la de voltaredonense, mas fugiria ao escopo das naturalidades. Ou então, poderiam usar o gentílico menos conhecido, mas usual, “papagoiaba”, que seria mais cômico ainda, ou seja, mais constrangedor do que chamá-la de fluminense, e, por isso, opta-se pelo silêncio<sup>4</sup>. Assim, o silêncio é uma forma de não dizer, uma forma de significar aquilo que não é dito, como ao não dizer o gentílico Fluminense, deixa-se subentendido que é carioca.

Segundo Orlandi,

---

<sup>2</sup> Globo educação - Acessado em 19/01/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/uff-a-universidade-carioca-que-mais-aprovou-alunos-no-4-exame-unificado-da-oab-2787885>

<sup>3</sup> Fantástico, acessado em 09/01/2014. Disponível em:

<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/camila-e-nara-sao-escolhidas-pelos-jurados-e-estao-na-final-da-globeleza.html>

<sup>4</sup> Segundo Orlandi: “É preciso entender o silêncio para além de sua dimensão política. Desenvolvendo então essa reflexão podemos chegar a algo que, ao meu ver, coloca em estado de questão a própria história da reflexão sobre a linguagem, tanto com respeito à Gramática quanto à Retórica”( idem).



o silêncio não fala, ele significa, ele vai significar diferente. Significar com palavras é diferente de significar com silêncio, muitas vezes, você fala certas coisas para que outros sentidos não apareçam. Isso é o silenciamento. Mas o sentido silenciado não desaparece. Porque o homem tem necessidade vital de significação. Onde ele não pode significar, migra para outros objetos simbólicos. Não é o que você diz, é como você diz que implica num sentido. As palavras escolhidas para uma mesma coisa, por sujeitos ou em situações diferentes, significam diferentemente umas das outras (ORLANDI, 1995, p. 30).

Esse fato no programa Fantástico da Rede Globo, ajuda a ilustrar bem essa demanda, que de fato “somos todos cariocas”, e que os constrangimentos continuarão a ser gerados até que se resolva esse impasse.

No Rio de Janeiro, todos tem essa compreensão de que se pertence a comunidade carioca e não fluminense. Falar algo contrário a isso serve apenas para criar constrangimentos, pois ninguém gosta de ser chamado de fluminense, como no caso citado, nem de chamar alguém de fluminense.

Chamar o carioca de fluminense é ridículo, mas foi uma demanda equivocada criada pela Ditadura Militar, que durante o processo de fusão dos Estados do Rio e da Guanabara, queria também, segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira<sup>5</sup>, domesticar a seção carioca do MDB – Movimento Democrático Brasileiro. “Desde a década de 1970, tanto no senso comum quanto entre os políticos de oposição ao regime militar, consolidou-se a interpretação segundo a qual a fusão teria como objetivo maior domesticar a seção carioca do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Num quadro de bipartidarismo, em que o MDB representava a oposição possível, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representava o governo, o estado da Guanabara vinha assistindo à ascensão de Chagas Freitas e de seus seguidores emedebistas”.

Entre outros interesses, a ditadura militar queria sufocar o sentimento oposicionista existente contra o regime, localizado na Guanabara, queria apagar essa memória<sup>6</sup>.

Dentro de uma lógica bem simplista, mesmo tendo os dados técnicos e estatísticos de que a Guanabara era mais rica e mais populosa que o Estado do Rio de Janeiro, mesmo a Guanabara tendo uma intensa produção cultural, social e política, muito viva e rica, enquanto no Estado do Rio de Janeiro, esses aspectos eram insipientes (é assim até hoje), os militares determinaram superficialmente essa nomeação oficiosa, ao executar a fusão dos dois estados, que os “novos” cidadãos deveriam ser reconhecidos pelo gentílico de fluminense e não carioca.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira<sup>7</sup>, “Sendo a Guanabara o único estado da Federação governado pela oposição, era preciso diluir a força eleitoral do partido de oposição. A fusão com o Estado do Rio, governado pela Arena, seria certamente o caminho mais seguro para se alcançar esse resultado”. O Estado do Rio de Janeiro era atrasado política e culturalmente.

---

<sup>5</sup> Marieta de Moraes Ferreira. Acessado em 09/11/2013. Disponível em:

<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0731.pdf>

<sup>6</sup> Reafirmando o sentido de Memória como a relação do sujeito com o interdiscurso, com os vários discursos que atravessam e o interpelam enquanto sujeito. (ORLANDI, 2007, p. 36)

<sup>7</sup> Marieta de Moraes Ferreira. Acessado em 09/11/2013. Disponível em:

<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0731.pdf>



No entanto, mesmo reconhecendo o processo de fusão como importante e necessário, esse artigo não se contrapõe a isso, muito pelo contrário, o ratifica como um processo a ser multiplicado entre estados e municípios. Faz-se necessário e central nesse momento, é aperfeiçoar o processo corrigindo o que foi construído de forma equivocada, no caso em questão, o processo de construção identitário.

Diga-se de passagem, que Fluminense, é uma identidade ou um efeito de identidade nulo. Em *Análise de Discurso*, de linha francesa<sup>8</sup>, se trabalha com efeitos de identidades, reconhecendo que, o que de fato existe, são efeitos gerados através de representações simbólicas. Em AD, utiliza-se a metodologia através do qual, todos os discursos que interpelam os sujeitos são constitutivos de uma construção sócio-histórica, que atravessa a língua, e, portanto, tornando a língua opaca e polissêmica.

Efeitos de identidades são formas de representação e são gerados através de ações simbólicas que são, por sua vez, construídas através da cultura, dos costumes e da própria língua. Como essa sensação de pertencimento está no campo do simbólico, não se pode afirmar que existe uma única identidade, mas que o sujeito é atravessado por múltiplas identidades, e a sua necessidade de pertencimento, a sua sensação de pertencimento, é construída através desses efeitos de identidade.

No caso que tratamos aqui, da identidade carioca, observamos que não existe uma outra identidade, mais representativa, ou, funcional, do que essa que é gerada por esses efeitos. Não falamos em identificação, mas em processos de identificação.

Segundo Orlandi, “isso significa não tomarmos identidade em uma perspectiva essencialista, mas sim materialista, a identidade pensada discursivamente, não é um fato da essência do indivíduo, mas um fato da existência, da experiência, da práxis, do sujeito individuado”, e prossegue dizendo, “em nossos termos, o fato é, que para fazer sentido é preciso que já faça sentido” (ORLANDI, 2011, p. 11). Dessa forma, ser carioca ou se reconhecer como tal, só faz sentido, porque já faz sentido, já é um patrimônio imaterial do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Quando falamos em identidade carioca estamos nos referindo a essa identidade que se destaca, ou melhor, a esse efeito de identidade, tomando como forma, o fato de que a identidade é um bem imaterial, que surge através de uma construção simbólica, a partir do reconhecimento sócio histórico, do contato com a cultura, com os costumes e com a língua.

Segundo Castells (apud ORLANDI, 2011, p.11) vivemos a época das identidades, no mesmo momento em que vivemos uma mundialização dos costumes, existe um movimento paradoxalmente inverso. “A mundialização e a identidade são duas forças contrárias que estão em luta para remodelar nosso mundo e nossas vidas. A revolução das tecnologias da informação e a reestruturação do capitalismo criaram um novo tipo de sociedade, a sociedade em redes (...) e com ela, a mundialização das atividades econômicas estratégicas”.

---

<sup>8</sup> Eni Orlandi. Acessado em 09/11/2013. Disponível em:

<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/11/eni-orlandi-fala-sobre-analise-do-discurso-e-linguagem-em-entrevista.html>



Para Calhoun (apud ORLANDI, 2011, p.11), “a identidade é uma construção numa perspectiva não essencialista, a identidade se desloca da forma tradicional como os sociólogos a definem, pois, um mesmo indivíduo, ou mesmo um ator coletivo, pode ter várias identidades. Que, por sua vez, engendram contradições, tensões, tanto da imagem que faz de si mesmo como numa ação no seio da sociedade”. Não confundindo identidade como o que os sociólogos chamam tradicionalmente de papéis, ou, sistema de papéis. Por tanto, Calhoun argumenta que o indivíduo pode ser simultaneamente uma operária, mãe, militante socialista, cristã, fumante, etc.

Castells (apud ORLANDI, 2011, p.12) afirma ainda, que faz mais significativo se pensar em “sentidos” e não em papéis, pois as identidades como fontes de sentidos são mais poderosas do que os papéis, porque implicam uma elaboração pessoal e de individualização. Por isso, podemos afirmar que não há planejamento e não há lei federal que possa fazer um carioca sentir-se fluminense.

Os militares cometeram um erro gravíssimo que precisa de correção urgente. O desconforto existe, e até mesmo em algumas situações, o constrangimento com essa alusão ao gentílico fluminense pode ser concertado, respeitando-se o processo histórico, compreendendo que num período de 212 anos, existiram dois estados distintos, e que é preciso respeitar a memória existente.

## ARQUEOLOGIA

O Estado do Rio de Janeiro teve como capital a cidade do Rio de Janeiro até 1834, que já acumulava a fundação de capital da colônia desde 1763, quando Niterói passou então, para condição de capital da província do Rio de Janeiro e a cidade do Rio passou a ser uma côrte neutra.

Posteriormente, a cidade do Rio foi transformada em Distrito Federal pela República, em 1891, e Estado Federativo no período de 1960 a 1975, portanto, durante 15 anos, quando da transferência da então capital federal para Brasília, se constituindo no Estado da Guanabara.

Cabe citar, inclusive, que essa foi a única experiência de cidade-estado no Brasil. Durante um plebiscito, logo após a transferência da capital para Brasília, os cariocas decidiram que não haveriam outros municípios no Estado da Guanabara, através de plebiscito, optando por não criarem outros municípios, dividindo o estado em 21 circunscrições, que não foram municipalizadas. Essa opção revelou-se um sucesso administrativo, pois assim, a Guanabara tinha uma receita concentrada nas mãos de um único gestor e uma elevada receita *per capita* pela dupla arrecadação com os impostos municipais e estaduais. Talvez seja por isso, que até hoje existem os saudosistas, que falam em desfusão entre Rio de Janeiro e Guanabara, e que seja por isso, que exista ainda como ato de resistência, no coração de um pequeno setor carioca, o não reconhecimento de que todos no Estado do Rio de Janeiro são Cariocas, e não Fluminenses.

Em 1975, os militares, mais precisamente o ditador Ernesto Geisel, assinou o decreto constitucional que materializou a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de



Janeiro, provocando o esvaziamento econômico-cultural-político de Niterói, que perdeu a condição de capital para a cidade do Rio de Janeiro. Os órgãos públicos estaduais foram transferidos para a cidade do Rio de Janeiro, como Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Governo Estadual e todos os funcionários do alto escalão. A Cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, também enfrentou dificuldades idênticas após a transferência da Capital Federal para Brasília.

Niterói foi fundada em 1573 pelo herói Araribóia<sup>9</sup>, índio tupinambá que foi fundamental para vitória dos portugueses sobre os franceses. Em 1841, é idealizado o Plano da Cidade Nova, constituindo-se num plano de arruamento, de autoria do Engenheiro Pedro Taulois, organizado após a elevação da cidade a condição de capital da província do Rio de Janeiro em 1834.

Ao fim do século XIX, a eclosão da revolta da armada<sup>10</sup> (1893), Niterói foi destruída, e paralisou suas atividades produtivas levando a transferência da capital para Petrópolis. Esta condição permaneceu por quase 10 anos, e só foi resolvida no início do século XX com o projeto de reedificação da Capital.

O retorno de Niterói à condição de Capital do Estado do Rio de Janeiro em 1903 deu-se principalmente por sua proximidade com o município do Rio de Janeiro. No entanto a cidade já havia sofrido fragmentação de seu território em 1890, com a separação das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro e São Sebastião de Itaipu<sup>11</sup>, que passaram a constituir o município de São Gonçalo. Com isso, a área de Niterói foi reduzida de 245,42km<sup>2</sup> para 84 km<sup>2</sup>.

A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 01 de março de 1565 por Estácio de Sá após a expulsão dos franceses, como núcleo fortificado para defender a baía de Guanabara, tornou-se capital do país em 1763, sucedendo Salvador – Bahia. Nesse momento a cidade era a sede da antiga capitania do Rio de Janeiro, que posteriormente virou capital da Província do mesmo nome, somente se separando desta, em 1834, para constituir-se no município neutro da Côrte. Niterói passou então, para condição de capital da província do Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

Em 1889, após a Proclamação da República, a cidade do Rio continuou sendo a capital da nação e a província homônima foi transformada em estado. Com a República, a cidade do Rio passou, por força do artigo 2º da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, de município neutro para Distrito Federal, continuando a ser a Capital do Brasil e Niterói consolida-se como capital do agora Estado do Rio de Janeiro. O parágrafo único do artigo 3º determinava que o Distrito Federal passasse a constituir um Estado, uma vez efetuada a transferência da Capital do País para Brasília.

A constituição de 1946, no seu Ato das Disposições Transitórias, artigo 4º, determina: “efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o

<sup>9</sup> Niterói e sua história. Visualizado no dia 09/01/2014. Disponível em: [http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi\\_historia.asp](http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp)

<sup>10</sup> Ibidem

<sup>11</sup> Revista paisagem on-line. Acessado em 09/11/2013. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/luta.htm>

<sup>12</sup> Ibidem



Estado da Guanabara”. Em 21 de abril de 1960, efetivada a transferência da capital da República para Brasília, o antigo Distrito Federal passou a constituir nova unidade da Federação Brasileira, com a denominação de Estado da Guanabara, regulamentada por força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960<sup>13</sup>.

A construção de Brasília representou um baque nos interesses de setores da sociedade carioca, pois reduzia o status da cidade de centro das decisões políticas do país. Essa percepção levou a uma intensa mobilização entre os grupos políticos locais, que optaram pela transformação do ex-Distrito Federal numa cidade-estado.

A Guanabara foi o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Em plebiscito realizado em 21 de abril de 1963, a população decidiu pela existência de apenas um município na unidade federada.

A condição de cidade-estado permitiu que a Guanabara, mesmo depois de perder verbas federais com a transferência da Capital Federal para Brasília, desfrutasse de uma elevada receita *per capita* pela dupla arrecadação com os impostos municipais e estaduais, o que lhe possibilitou o financiamento de grande número de obras públicas realizadas durante a década de 1960.

Era um estado rico, ao contrário do vizinho Estado do Rio de Janeiro, que era pobre, com uma economia que se esvaziava desde 1927 mesmo com a industrialização ocorrendo no eixo Rio-São Paulo. Esse fato só se reverteu no final da década de 1990 com os royalties do Petróleo.

O Governo Federal realizou vários investimentos no novo estado considerados instrumentos de estímulo à reinserção da Guanabara num novo cenário político e econômico brasileiro, como a construção da ponte do Rio-Niterói, um símbolo da fusão, batizada de Ponte Presidente Costa e Silva.

A fusão ocorreu por força da Lei complementar nº 20, de 01 de julho de 1974, onde o município do Rio de Janeiro passou a ser a capital do novo estado. A partir de 15 de março de 1975, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro, voltando-se à situação territorial de antes da criação do município neutro, com a cidade do Rio também voltando a ser a capital<sup>14</sup>.

Com a construção da Ponte Rio-Niterói, Costa e Silva teve o objetivo único de viabilizar a fusão das ex-capitais estaduais. Em 1963, foi criado um grupo de trabalho para estudar um projeto para a construção de uma via rodoviária a fim de ligar os dois centros urbanos vizinhos. Em 29 de dezembro de 1965, uma comissão executiva foi formada para cuidar do projeto definitivo da construção de uma ponte.

O ditador<sup>15</sup> Costa e Silva assinou o decreto em 23 de agosto de 1968, autorizando o projeto de construção da ponte, idealizado por Mário Andreazza. Iniciada em 1969 e inaugurada em 1974, a Ponte Rio - Niterói constitui-se num importante marco de capacitação da engenharia nacional por suas dimensões audaciosas nos processos construtivos. A ponte tem extensão total de 13,29 km, dos quais 8,83 km são sobre a água, e 72 m de altura em seu ponto mais alto.

---

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Se nesse período, vivíamos numa ditadura, não há motivos para reconhecê-lo de outra forma.



A ponte é um elo fundamental entre o Rio de Janeiro e Niterói e regiões adjacentes, sobretudo a Região dos Lagos, e ao transporte intermunicipal e interestadual de cargas. Atualmente é considerada a maior ponte, em concreto propendido, do hemisfério sul e a sexta maior ponte do mundo. Apesar de audaciosa, não foi o único plano criado. Há ainda projetos de se levar o Metrô passando por baixo da baía da Guanabara até o centro de Niterói e ainda um túnel onde passariam também veículos, já que havia uma previsão que se confirmou de que a ponte em 30 anos estaria com sua capacidade no limite.

A Ponte Rio-Niterói é também um “monumento ideológico”, que representava na época de sua construção uma forma dos governos ditatoriais mostrarem o progresso nacional, somando-se a várias obras de grande envergadura, como a transamazônica, hidrelétrica de Itaipu e usinas nucleares.

A Ponte Costa e Silva não é somente um monumento ideológico, mas histórico a partir da sua configuração como documento, dentro da perspectiva de (FOUCAULT, 2009):

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2009, p.8).

Foucault apresenta o ser humano enquanto construção discursiva, criado ele mesmo pela linguagem, em que os sujeitos e objetos não existem a priori, mas são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles. Os discursos possuem um suporte histórico e institucional, que permite, ou, proíbe sua realização. Um sujeito, quando ocupa um lugar institucional, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo segundo os interesses, e assim, ter a compreensão de que o discurso é uma prática, que constrói seu sentido nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento.

Os militares usaram desse recurso para apagar, ou, esconder a memória carioca, ao mesmo tempo em que silenciavam todos os discursos por democracia, substituindo-os pela construção dos sentidos voltados para o progresso e para o desenvolvimento, capitaneados pelos monumentos/documentos.

Nesse sentido Jacques Le Goff<sup>16</sup>, tomando Foucault, afirma que os discursos são construídos através da memória coletiva e de forma científica, da história, e aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive são as escolhas efetuadas quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo

---

<sup>16</sup>LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. Acessado em 02/02/2014. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAewPYAJ/38096406-le-goff-j-documento-monumento>



que passa pelos historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.

Segundo Le Goff,

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2014).

Para além dos documentos/monumentos, existe no Rio de Janeiro uma cultura secular, que envolve costumes, sotaques e toda uma diversidade étnica e social. A história do Rio de Janeiro confunde-se com a história do país, por ter sido capital do Brasil por dois séculos. Não há espaço para falar de tudo, mas vamos então, citar dois aspectos interessantes dessa cultura secular: O samba e o futebol.

No samba, mais precisamente o desfile das escolas de carnaval, percebe-se uma integração metropolitana e até estadual, que torna impossível separar essa miscigenação. O sambódromo na sua apoteose é a mistura de todo o povo carioca que envolve “a gente” das cidades da região metropolitana e do interior. Tem fantasias confeccionadas em Barra Mansa, carros e alegorias feitas em Petrópolis, Volta Redonda, Nova Friburgo. E têm escolas do grupo especial que são de São Gonçalo como a Porto da Pedra, Viradouro de Niterói, Beija Flor de Nilópolis e Grande Rio de Duque de Caxias. O carnaval constitui-se num show de integração, de fermento da cultura e da identidade carioca, como algo que extrapola a “cidade do Rio de Janeiro”.

No futebol essa construção simbólica é muito mais determinada e presente, essa construção cultural fica explícita na medida em que a competição estadual tem o nome de CAMPEONATO CARIOCA DE FUTEBOL ou CARIOCÃO, com times de todo o Estado.

Não existe forma mais integradora e de maior construção da unidade identitária do que o esporte, e nele, o futebol<sup>17</sup>, capitaneado pela emoção que faz parte a competição que envolve todos os aspectos da cultura nacional e de ampla repercussão na mídia. Existe uma divulgação e um envolvimento muito grande por parte do público, e assim, todos os efeitos de identidade, toda construção simbólica existente dentro do “*show da bola*” que repercute na consciência coletiva através dos jornais, revistas, TV, rádio, redes sociais, criando uma identificação unificada no gentílico CARIOCA.

---

<sup>17</sup> Alerj entrega título de cidadão carioca. Acessado em 19/01/2014. Disponível em:

<http://esportes.opovo.com.br/app/esportes/clubes/botafogo/2013/09/14/noticiasbotafogo,2630363/alerj-dara-titulo-de-cidadao-carioca-ao-goleiro-jefferson.shtml>



## ZONA LESTE DO RIO DE JANEIRO - A FUSÃO NECESSÁRIA

O que podemos observar com esse histórico, é que o serviço dos militares no processo de fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, não terminou, ficou incompleto. Construíram a Ponte Rio-Niterói, realizaram a fusão em curto espaço de tempo, investiram recursos da União para possibilitar a integração política e social, mas não levaram as últimas consequências o processo, que seria também de fusão das capitais estaduais<sup>18</sup>. Na base da discussão sobre a desfusão, organizada pelo movimento Autonomia Carioca, está a questão do retorno da cidade-estado. Para que haja um fim definitivo para essa questão, a solução única é o reconhecimento que no Estado do Rio de Janeiro existe um único povo, unido pela sua cultura, pelos seus costumes e pela sua língua, “sotaque” e ainda a fusão das cidades Rio-Niterói. A fusão como marco simbólico, como documento/monumento, como registro histórico e como um gesto.

Gesto de interpretação que considera os materiais de arquivo como simbólicos, que se inscrevem na história, e que de acordo com Orlandi (2007, p 18) a perspectiva discursiva, "serve para deslocar a noção de 'ato' da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la". Assim, ainda de acordo Orlandi (2007, p 18), “o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia e é 'materializada' pela história".

O processo de unificação das capitais tem impactos econômicos, administrativos e políticos, e certamente requer uma discussão desses aspectos, mas nesse artigo tratamos das questões discursivas e ideológicas. Tratamos aqui de distinguir as múltiplas interpretações sobre os fatos históricos da fusão, para compreender como esses fatos geram os efeitos de identidade que estamos tratando.

Precisamos fazer essa separação, como diz Orlandi para podermos distinguir "o inteligível, o interpretável e o compreensível" desse processo identitário do povo do Estado do Rio de Janeiro. “O inteligível é a atribuição de sentido (codificação) o interpretável é a atribuição de sentido levando-se em conta o contexto linguístico (coesão) e o compreensível é a atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação enunciado/enunciação" (ORLANDI, 1988, p. 115).

Deste modo, ainda conforme Orlandi, "compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação". O processo de significação da identidade do povo do estado do Rio de Janeiro, busca por uma estabilização. Esse significado está em jogo permanente dentro do processo político e para a Análise de Discurso, é preciso entender essa concepção, dentro de um "conceito histórico (político) de compreensão" (ORLANDI, 1988, p. 117).

A noção de compreensão, portanto, se distingue tanto de uma perspectiva psicológica, quanto de uma perspectiva lógica: trata-se de uma noção histórico política, de se ter em vista os "conflitos" de interpretação, carioca x fluminense, e atentar para os

---

<sup>18</sup> Apagamento consciente do termo “ex” capitais.



vários direcionamentos de sentido que funcionam em um mesmo espaço discursivo. Podemos mencionar aí as injunções à interpretação, os gestos de reprodução de sentidos, as coerções e os interditos, os controles da interpretação, a censura, e também as diversas formas de resistência à interpretação: as oposições e as migrações de sentido, as não identificações, as desconstruções interpretativas, enfim, os gestos que colocam em suspeição a estabilidade de uma interpretação. É preciso primeiro observar os gestos de interpretação a partir das posições de sujeito e, em seguida, mostrar as relações entre essas interpretações, identificando as filiações discursivas, as contradições, as retomadas e deslocamentos, enfim, explicitando o movimento dos sentidos e dos sujeitos, no espaço tenso em que o real da interpretação pode tanto apaziguar quanto ameaçar.

Na Análise de Discurso, a compreensão tem a ver diretamente com a teoria, e, por conseguinte, com a posição do analista. Ainda conforme Orlandi: “O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição interpreta. O sujeito-leitor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção da sua leitura compreende” (1999, p. 116). Levar em conta a historicidade dos sentidos para compreender a pluralidade dos gestos de interpretação para entender o conflito em relação à sensação de pertencimento no Rio de Janeiro, e assim atentar para outras questões fundamentais, como as disputadas das outras instituições cariocas que também não se unificaram e geram, na atualidade, disputas e transtornos que podem ser sentidos ou de forma sutil, como no caso da Globeleza, ou, de forma mais contundente, como no caso dos sindicatos, entre eles o dos jornalistas, entre outros sindicatos, federações, associações, que vivem esse impasse da divisão até hoje.

Dentro dessa mesma lógica, a própria percepção do povo do Estado do Rio de Janeiro, sobre sua unidade territorial, social e política fica prejudicada, apesar de alguns avanços. A imprensa em muitos casos ainda trata demandas estaduais como “a população Fluminense e Carioca”<sup>19</sup>, como se existissem mesmo duas identidades, duas culturas, ou povos distintos. Dentro do processo administrativo, existe mais convergência, como da divisão sociopolítica por regiões. A estrutura administrativa reconhece a integração da região Rio-Niterói, onde a cidade de Niterói é tratada como “Área Leste” do Rio. De fato, Niterói é a zona leste carioca, é a parte que falta da cidade. A integração cultural, social e política já existe, falta o reconhecimento de direito, pois, de fato ela já existe.

Para que a fusão ou incorporação ocorra, é preciso criar o projeto de lei, e após sua inscrição, fazer um requerimento pela fusão dos municípios, que deverá ser subscrito por 10% dos eleitores residentes em cada uma das cidades envolvidas. Após o pedido, a assembleia legislativa deverá coordenar um "estudo de viabilidade" do novo município. Se houver viabilidade financeira e populacional, com base nos critérios estabelecidos na lei, será realizado o plebiscito que definirá a criação ou não da nova capital, sabendo-se que a unidade carioca não depende apenas desse processo.

---

<sup>19</sup> Eduardo Marini, acessado em 19/01/2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/eduardo-marini/2011/09/30/cariocas-e-fluminenses-tem-medo-de-suas-policias-e-nao-possuem-a-menor-ideia-do-tamanho-da-podridao-na-seguranca-e-o-pior-parece-que-o-poder-publico-do-estado-tambem-nao/>

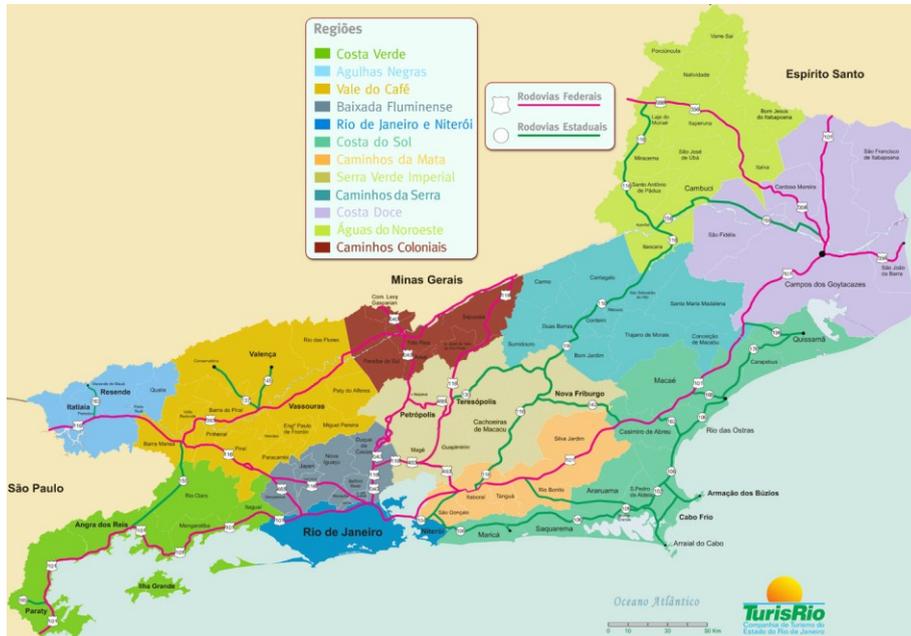
**REFERÊNCIA**

- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2009.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As Formas do Silêncio - No movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Discurso, espaço, memória – Caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas: Editora RG, 2011.
- Alerj entrega título de cidadão carioca. Acessado em 19/01/2014. Disponível em: <http://esportes.opovo.com.br/app/esportes/clubes/botafogo/2013/09/14/noticiasbotafogo,2630363/alerj-dara-titulo-de-cidadao-carioca-ao-goleiro-jefferson.shtml>
- Eduardo Marini, acessado em 19/01/2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/eduardo-marini/2011/09/30/cariocas-e-fluminenses-tem-medo-de-suas-policias-e-nao-possuem-a-menor-ideia-do-tamanho-da-podridao-na-seguranca-e-o-pior-parece-que-o-poder-publico-do-estado-tambem-nao/>
- Eni Orlandi. Acessado em 09/11/2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/11/eni-orlandi-fala-sobre-analise-do-discurso-e-linguagem-em-entrevista.html>
- Fantástico, acessado em 09/01/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/camila-e-nara-sao-escolhidas-pelos-jurados-e-estao-na-final-da-globoleza.html>
- Globo educação - Acessado em 19/01/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/uff-a-universidade-carioca-que-mais-aprovou-alunos-no-4-exame-unificado-da-oab-2787885>
- LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. Acessado em 02/02/2014. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAewPYAJ/38096406-le-goff-j-documento-monumento>
- Marieta de Moraes Ferreira. Acessado em 09/11/2013. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0731.pdf>
- Niterói e sua história. Visualizado no dia 09/01/2014. Disponível em: [http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi\\_historia.asp](http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp)
- Revista paisagem on-line. Acessado em 09/11/2013. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/luta.htm>

**Résumé:** *Dans l'analyse du discours ne fonctionne pas avec le concept de l'identité dans le format essentialiste sociologique, mais dans le but d'identités produites par des représentations symboliques, en effet tester le monde dans l'existence. AD français cherche à comprendre les moyens de production de sens et comment cette production génère des significations collectives. Dans cette perspective, c'est que nous cherchons à parler de l'identité du peuple carioca et leur sentiment d'appartenance à la fois dénoncer la tentative d'effacer cette mémoire, muet et le remplacer par un autre inventé institutionnel de la fusion des états de Guanabara et Rio de Janeiro. Fluminense? Pas même la goyave pape à kari'oka, nous avons tous hum*

**Mots-clés:** *Sentiment d'appartenance. L'analyse du discours. Les effets de l'identité.*

ANEXO I  
MAPA DO RIO DE JANEIRO COM NITERÓI INCLUSO



Aqui aparece o Mapa do Município do Rio de Janeiro com Niterói incluído, na cor azul. Seria a Zona Leste? Atualmente, para o Governo do Estado, Niterói já faz parte da região administrativa carioca.

ANEXO II  
UFF CARIOCA



<http://oglobo.globo.com/educacao/uff-a-universidade-carioca-que-mais-aprovou-alunos-no-4-exame-unificado-da-oab-2787885>